

Plenária só não debate o projeto

que pag 6

Suinocultura. Este foi o tema escolhido pelo deputado Osvaldo Bender (PDS-RS) para falar pelo seu partido no primeiro dia do debate do anteprojeto da Constituição, nos dois minutos e meio reservados à liderança do PDS.

— Há cerca de um mês mais de um milhão de carcaças de suínos foram importadas. Falta uma política agrícola definida para o País. A suinocultura está indo à falência — declarou Bender. Antes dele, o deputado Haroldo Lima (PC do B — BA) já chamara a atenção para o "espetáculo melancólico" que estava se desenrolando no plenário, com a inexistência do debate constitucional.

Desde ontem, o rito das sessões plenárias foi alterado para que se dedicasse maior tempo ao debate de temas constitucionais. O pinga-fogo e o tempo das comunicações de lideranças reduziu-se à metade e em cada sessão oito deputados podem inscrever-se para falar durante no máximo 20 minutos cada um sobre a nova Constituição.

A primeira sessão realizada desta forma, porém, foi extremamente tumultuada. O tempo das comunicações de lideranças se encerrou às 15h40m, mas ao invés do debate constitucional aconteceu o levantamento de uma série de questões de ordem contestando a forma como os debates estavam sendo realizados.

Durante o tempo de lideranças reservado ao PT, o deputado Plínio Arruda (PT-SP) havia lembrado que sua sugestão de que se elaborasse um cronograma

de temas a serem discutidos em cada sessão poderia tornar o debate constitucional mais produtivo. Ele queixou-se a Mauro Benevides (PMDB-CE), que presidia a sessão, de que havia enviado esta sugestão no dia 25 de junho e não obtivera resposta até agora.

— O presidente Ulysses Guimarães ainda não se dignou a responder, porque tem que ser presidente da República, do PMDB, da Câmara e da Constituinte. Venho fazer esta reclamação sentida. O atual sistema de discussão do texto constitucional dilui o debate. Se é esse seu objetivo, é perfeito. Caso contrário, temos que mudá-lo — afirmou Arruda, sendo muito aplaudido pelos poucos constituintes presentes.

Logo após as comunicações de lideranças, a deputada Anna Maria Rattes (PMDB-RJ) pediu que a sugestão de Plínio Arruda fosse devidamente apreciada. Plínio queixou-se que a ordem do dia não está sendo elaborada com a colaboração das lideranças, conforme determina o regimento. Amaury Muller (PDT-RS) pediu resposta ao requerimento que enviara no dia anterior a Ulysses Guimarães solicitando a interpelação judicial do presidente da UDR. Ronaldo Caiado, que chamara os constituintes de "oportunistas e corruptos", Cristina Tavares (PMDB-PE) pediu também providências urgentes de Ulysses para que a deputada Tutu Quadros (PTB-SP) não seja novamente internada à força.

Este festival de questões de ordem consumiu 50 minutos do tempo reservado ao debate constitucional e culminou com o pedido de verificação de quorum pelo senador Leite Chaves (PMDB-PR). O presidente da mesa, Mauro Benevides, quis driblar o pedido de Chaves argumentando que na abertura da sessão havia 281 constituintes presentes nas dependências do Congresso.

A esta altura, o plenário não reunia nem 40 constituintes, quando o número mínimo regimental é de 56. O deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) insistiu, então, para que fosse feita a chamada nominal, e Nelson Carneiro (PMDB argumentando que a constatação de inexistência de quorum sempre reflete negativamente na imagem do Congresso.

— Se Vossa Excelência vai efetuar a chamada nominal, que faça tocar as campanhas para que em pouco tempo os constituintes possam estar aqui — sugeriu Carneiro a Mauro Benevides. Acostumado com este expediente, Benevides já mandou car as campanhas. Em pouco tempo o plenário estava cheio e o quorum atingido.

A chamada nominal gastou mais 20 minutos do tempo para debates, eram quase 17 horas quando terminou de ser feita. A sessão ainda continuou até às 7h50m, mas foi assistida até o fim por poucos parlamentares. Logo após o fim da chamada, a maioria voltou para os seus gabinetes, inclusive Nelson Carneiro, que temia pela imagem da Constituinte.

Convites restringem acesso às galerias

A partir de segunda-feira, o acesso às galerias do plenário da Câmara durante as sessões da Constituinte estará restrito aos populares convidados pelos partidos políticos, autoridades e jornalistas credenciados. Em número proporcional ao tamanho de suas bancadas na Assembléia Nacional, os partidos terão direito a 438 convites, que deverão ser distribuídos aos respectivos líderes até amanhã.

As informações são do 2º vice-presidente e corregedor da Constituinte, deputado Jorge Arbage (PDS-PA), que recomenda aos partidos fiscalizarem a distribuição de seus convites,

pois em caso de extravio somente receberão outro após 30 dias. Essa medida, segundo Arbage, é para evitar o aumento do número de convites, que serão numerados e plastificados, contendo ainda o nome do partido.

Os convites, em tamanho de 12 por 15 centímetros, serão recolhidos pela segurança do Congresso quando seus portadores passarem pelo detector de metais (semelhante aos usados em aeroportos) a ser instalado na entrada das galerias. Após as sessões, serão devolvidos aos partidos, que poderão redistribuí-los. Esse rodízio ficará a critério dos partidos.

Andrade cita o CORREIO como exemplo

O deputado Ademar Andrade (PMDB-PB) sugeriu ontem à mesa da Constituinte que encontrasse um mecanismo legal para obrigar todos os jornais do País a seguirem o exemplo do CORREIO BRAZILIENSE e publicarem na íntegra o anteprojeto da Constituição elaborado pela Comissão de Sistematização.

Ademar Andrade já fez um projeto de indicação sugerindo à mesa a convocação de cinco horários de televisão para transmitir temas constitucionais polêmicos, sempre às segundas-feiras.